



Matosinhos
Câmara Municipal

RECEBUEMOS
A 12/12/2008
O MUNICÍPIO
DE MATOSINHOS

À FIRMA
ALVES LIMA, LDA
RUA SANTOS LESSA, 385
4450-783 - LEÇA DA PALMEIRA

S/ Refª:

Data:

N/ Refª:

Data:

DGU - DAU
Procº. 229/03
PIP
6269/08

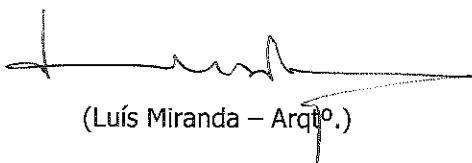
2008/12/19

Assunto: VIABILIDADE DE CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A "RESIDÊNCIAS PARA A 3ª IDADE"
Local: RUA ALVARES CABRAL - LEÇA DA PALMEIRA

Relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, junto se envia copia da informação técnica de 2008/11/26, sobre o mesmo e do despacho proferido de 2008/12/09.

Com os melhores cumprimentos,

O Director Municipal,



(Luís Miranda – Arqº.)

MHMM-52
AQ/.

DMAT – DGU

INFORMAÇÃO – PIP

Requerimento n.º 13 035/2008 de 15 de Outubro.



1. CARACTERIZAÇÃO DO PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA

O requerente, na qualidade de gerente da firma proprietária do terreno afecto a este processo, situado na rua Álvares Cabral, na freguesia de Leça da Palmeira, solicita que seja informado sobre a manutenção dos pressupostos deste Pedido de Informação Prévia, que se refere à viabilidade de construção de um edifício destinado a "Residências Para a 3ª Idade" no lote n.º 97 do Alvará de loteamento n.º 593/1994, nos termos em que o projecto foi apresentado.

Descrição do pedido de informação, designadamente, identificação da qualidade do requerente, da operação urbanística, e informação adicional; indicar se o pedido é efectuado nos termos do n.º 1 ou n.º 2 do Art. 14º do RJUE, localização, uso, n.º de pisos, etc..

2. ANTECEDENTES

Informação favorável, com condições, deferida por despacho de 2004-01-09..

Indicar se existem outros pedidos para o local, etc..

3. PARECERES DE ENTIDADES

Não aplicável.

Referir o teor dos pareceres das entidades consultadas e eventuais condições.

4. ANÁLISE TÉCNICA DO PEDIDO

4.1. Enquadramento com os instrumentos de gestão territorial

Não aplicável, nos termos de 5.

Indicar e verificar a conformidade com os instrumentos de gestão territorial em vigor para o local, PDM, POOC, PU, PP, ou alvará de loteamento, medidas preventivas, servidões administrativas e restrições de utilidade pública, etc.

4.2. Enquadramento regulamentar

Não aplicável, nos termos de 5.

Indicar e verificar a conformidade com normas legais e regulamentares aplicáveis, RUEMM, RGEU, DL 163/06, de 08/08 e legislação específica, se aplicável.

4.3. Enquadramento urbanístico

Não aplicável, nos termos de 5.

Apreciação da inserção urbana e paisagística numa perspectiva formal e funcional, tendo em atenção o tecido urbano envolvente e as infra-estruturas existentes e/ou previstas.

5. PROPOSTA DE DECISÃO

Em face do solicitado considera-se que o pedido é extemporâneo, pelos seguintes motivos:

1 - O processo encontra-se arquivado.

2 - Em sede do processo de loteamento n.º 23A/1997 foi emitida uma alteração ao alvará de loteamento que consagra a solução apresentada neste processo, tendo, para o efeito, sido emitido o Aditamento n.º 531/2004.

Sugere-se, por conseguinte que seja notificado o requerente do teor desta informação.

De acordo com o despacho de 07 de Abril de 2008, a competência para decidir sobre o assunto é do chefe de divisão.

Indicar proposta de decisão fundamentada. No caso de ser desfavorável, deverão ser indicados os termos em que a mesma pode ser revista. Indicar qual o procedimento de controlo prévio a que se encontra sujeita esta operação urbanística (n.º 3 do Art. 16º do RJUE). Deverá ser indicado de quem é a competência da decisão, de acordo com a ordem de serviço.

6. DATA E IDENTIFICAÇÃO DO TÉCNICO

Data: 2008/11/26


Alexandre Queimado, arquitecto.

Ass.: 

À consideração da chefe da DAU, arquitecta Ana Gomes.

7. INFORMAÇÃO DO CHEFE DE DIVISÃO

Sugere-se a notificação ao requerente do ponto 2 do número 5 da informação.

À Consideração do Sr. Arquitecto Municipal, por  Luís Almeida.

09/12/2008